

Senador Humberto Costa

COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Apresentação

A Comissão foi criada a partir da aprovação do Requerimento nº 145, de 2012, com o objetivo principal de debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil, além de:

- Identificar os principais gargalos nos sistema de saúde, como os déficits em investimentos e custeios das áreas de atenção básica, hospitalar, de média e alta complexidade. Analisar, também, os déficits assistenciais, como leitos e rede prestadora de média complexidade;
- Avaliar a quantidade (volume de recursos), em todos os níveis de gestão, e a qualidade dos recursos alocados, bem como a forma como os entes federados vêm alocando os recursos financeiros após a edição da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- Discutir o funcionamento de alguns sistemas semelhantes implantados em outros países.

Foram realizadas cinco audiências públicas:

- Ministério da Saúde (MS) e Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);
- Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) e Associação Brasileira de Odontologia (ABO); e
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE) e especialista convidado.

Avaliações

- O SUS é subfinanciado e a melhoria de gestão não é suficiente para solucionar os problemas de saúde pública: é preciso investimento;
- O contingenciamento de recursos para a saúde e sua corriqueira inscrição como restos a pagar afeta significativamente a administração da saúde pública, especialmente nos municípios;
- O fim da CPMF trouxe muitos transtornos para a gestão do SUS;
- O financiamento é uma preocupação permanente de todos os gestores envolvidos com a construção do SUS;
- As estimativas mais otimistas dão conta de um déficit de pelo menos R\$ 60 bilhões no financiamento do SUS;
- Os municípios, segundo o SIOPS, gastam em média 20% de seu orçamento em ações e serviços públicos de saúde, número bem maior que o exigido pela Constituição;
- Não há uma divisão clara de responsabilidades entre os sistemas público e privado no Brasil.

Algumas sugestões

Algumas sugestões

- Destinação de 10% da Receita Corrente Bruta da União para o SUS;
- Revisão da concessão de renúncia fiscal para os gastos privados em saúde e cessação de estímulos a planos de saúde;
- Definição da responsabilidade sanitária dos gestores da saúde pública em todas as esferas de governo;
- Taxação das grandes fortunas;
- Vinculação de 50% dos *royalties* do petróleo para o SUS;
- Ressarcimento efetivo, pelas operadoras de planos de saúde, dos serviços prestados a seus beneficiários pelo SUS;
- Contrapartida ao SUS oferecida pelas entidades que se beneficiam de renúncias fiscais geradas por gastos privados em saúde ;
- Qualificação dos gestores públicos, para que haja a otimização da aplicação dos recursos da saúde pública.



Algumas sugestões

- Fomento de pesquisas acadêmicas voltadas à obtenção de soluções para o problema do financiamento do SUS;
- Criação de um modelo de seguro de saúde semelhante ao plano previdenciário VGBL, para que as pessoas financiem, com antecedência, os custos da assistência à sua saúde na idade avançada;
- Substituição do ressarcimento pago ao SUS pelas operadoras de planos de saúde por contribuição compulsória destinada a financiar fundos para urgências e emergências e para transplantes;



Investimentos no SUS

- O Movimento Saúde +10 congrega várias entidades que defendem historicamente a saúde pública.
- Alguns apoiadores: CNS, CONTAG, CONASS, CONASEMS, UNE, OAB, CNBB, CNTS, Força Sindical e Pastoral da Saúde.
- Recolheram mais de 1.900.000 assinaturas de apoio ao projeto de iniciativa popular que assegura o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde.



Proposta de Financiamento da Saúde

Ano	PIB nominal*	RCB**	RCL**	Gastos com saúde (regra atual***)			Proposta da sociedade	PROPOSTAS DO SENADO
				Valor corrente	% da RCB	% da RCL	10% da RCB	18,5% de RCL
2000	1.179.480,0	252.518,5	145.110,7	20.351,5	8,06	14,02	25.251,9	26.845,5
2001	1.302.135,0	289.410,9	167.739,1	22.474,1	7,77	13,40	28.941,1	31.031,7
2002	1.477.821,0	343.075,0	201.927,3	24.736,8	7,21	12,25	34.307,5	37.356,6
2003	1.699.949,0	384.447,0	224.920,2	27.181,3	7,07	12,08	38.444,7	41.610,2
2004	1.941.499,0	450.590,0	264.353,0	32.701,2	7,26	12,37	45.059,0	48.905,3
2005	2.147.239,0	527.324,6	303.015,8	36.491,2	6,92	12,04	52.732,5	56.057,9
2006	2.369.481,0	584.067,5	344.731,4	40.746,2	6,98	11,82	58.406,7	63.775,3
2007	2.661.344,0	658.884,4	386.681,9	44.297,8	6,72	11,46	65.888,4	71.536,1
2008	3.032.206,0	754.735,5	428.563,3	48.670,2	6,45	11,36	75.473,6	79.284,2
2009	3.239.405,0	775.406,6	437.199,4	58.270,3	7,51	13,33	77.540,7	80.881,9
2010	3.770.089,0	890.137,0	499.866,6	61.965,2	6,96	12,40	89.013,7	92.475,3
2011	4.143.016,0	1.029.613,5	558.706,4	72.332,3	7,03	12,95	102.961,3	103.360,7
2012	4.402.538,0	1.134.717,3	616.933,3	78.280,5	6,90	12,69	113.471,7	114.132,7
2013	4.883.336,6	1.296.468,2	699.978,9	83.184,1	6,42	11,88	129.646,8	129.496,1
2014	5.554.543,2	1.471.222,7	790.593,5	92.268,6	6,27	11,67	147.122,3	146.259,8
2015	6.225.277,3	1.669.532,8	892.938,5	104.950,7	6,29	11,75	166.953,3	165.193,6
2016	7.022.283,0	1.894.573,7	1.008.532,3	117.624,0	6,21	11,66	189.457,4	186.578,5
2017	7.870.858,4	2.149.948,5	1.139.090,2	132.683,1	6,17	11,65	214.994,8	210.731,7
2018	8.744.876,6	2.439.745,9	1.286.549,3	148.716,5	6,10	11,56	243.974,6	238.011,6
2019	9.698.566,5	2.768.606,0	1.453.097,4	165.230,7	5,97	11,37	276.860,6	268.823,0
2020	10.792.524,6	3.141.794,0	1.641.205,8	183.250,3	5,83	11,17	314.179,4	303.623,1
2021	11.972.666,6	3.565.285,0	1.853.665,3	203.920,2	5,72	11,00	356.528,5	342.928,1
2022	13.282.948,5	4.045.859,5	2.093.628,5	226.218,5	5,59	10,81	404.586,0	387.321,3
2023	14.726.799,1	4.591.212,0	2.364.655,8	250.975,7	5,47	10,61	459.121,2	437.461,3



Observações Importantes

- Avaliação do projeto de iniciativa popular protocolado no Congresso Nacional;
- Avaliação das alternativas mais seguras e estáveis para vinculação do orçamento da União para a saúde
- Definição de critérios de alocação de recursos baseados em indicadores de acesso e qualidade;
- Aprovação dos projetos que definem a responsabilidade sanitária (no Senado: PLS 174/2011 – Humberto Costa; na Câmara: PL 21/2007 – Dr. Rosinha); e
- Discussões mais aprofundadas do arranjo público-privado que compõe o sistema de saúde brasileiro.



Obrigado.